



## RELATÓRIO DE VIAGEM

### DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
31 de março de 2025	1 de abril de 2025	Seminário Internacional sobre Acción Climática	Santiago, Chile

### RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
Contraloría General de la República de Chile	TC-003.566/2025-0	Carlos Eduardo Lustosa da Costa Luís Gustavo de Azevedo Santos

### JUSTIFICATIVA (RESUMO)

A participação do TCU no Seminário Internacional de Ação Climática destacou a atuação do tribunal nas fiscalizações de ações climáticas no Brasil e no mundo, além de discutir o papel das Instituições Superiores de Controle (ISCs) nesse campo. O Auditor Federal Carlos Eduardo Lustosa da Costa apresentou os resultados do ClimateScanner, enquanto o ministro-substituto Marcos Bemquerer participou de diálogos sobre os desafios das ISCs e a cooperação internacional.

### RELATO

No primeiro dia do seminário, foram discutidos os seguintes painéis: Financiamento Climático, Papel das ISCs na Ação Climática e Esforços de Mitigação às Mudanças Climáticas.

No painel sobre Financiamento Climático, a Sra. Sandra Guzmán Luna, diretora e fundadora do Grupo de Financiamento Climático para América Latina e Caribe (GFLAC), apresentou dados sobre desigualdade de recursos destinados às ações climáticas e o índice de finanças sustentáveis. Em seguida, houve um diálogo com a participação da Sra. Analía La Rosa, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Sr. Arturo, professor de direito ambiental, da Sra. Maria Paz, chefe de Finanças Sustentáveis do Ministério da Fazenda do Chile, e de Fernando, representante do PNUD. Foram abordados temas como mercado de carbono, legislação sobre combustíveis fósseis e desafios para mobilização de recursos e engajamento da população.

Na palestra sobre mobilização de recursos e o papel do setor privado, a Sra. Bernadita, da Comissão para o Mercado Financeiro (CMF), apresentou os três pilares para o financiamento de ações climáticas: conduta de mercado, prudencial e desenvolvimento do mercado. Ela também destacou normativos chilenos relacionados à governança e à taxonomia de atividades sustentáveis.

Posteriormente, o Auditor Federal do TCU, Carlos Eduardo Lustosa da Costa, apresentou os resultados do ClimateScanner. Ele informou que a maioria dos governos nacionais não possui mecanismos adequados para rastrear os gastos em ações climáticas. Cerca de 73% dos países não têm sistemas de identificação de gastos climáticos ou possuem sistemas emergentes, dificultando o acompanhamento de financiamentos diretos e indiretos.

Entre os países que mais necessitam de financiamento internacional, a maioria ainda não realizou avaliações para identificar suas necessidades nem mapeou possíveis fontes de financiamento.

O auditor também apontou que as estratégias governamentais para incentivar investimentos do setor privado carecem de transparência e mecanismos de rastreamento. Cerca de 74% dos países não possuem mecanismos de rastreamento ou têm sistemas emergentes, e 41% não publicam relatórios sobre esses investimentos.

Foi destacado que as fontes públicas de financiamento são insuficientes para atender às demandas globais. Estima-se que sejam necessários USD 8 trilhões por ano para ações climáticas, mas apenas USD 1,3 trilhão são rastreados atualmente, sendo 49% provenientes de fontes privadas.

No segundo diálogo, apresentado pela Sra. Aranzázu Guillán Montero, Oficial Sênior da UNDESA, pelo Auditor Carlos Eduardo, pela Sra. Lía Barrantes, representante da ISC Costa Rica, pela Sra. Ada, representante da ISC Colômbia, e pela Sra. Caterine, representante da ISC Chile, foram discutidos o papel das Instituições Superiores de Controle (ISCs) frente às ações climáticas, com a apresentação de casos específicos de cada país relacionados às fiscalizações realizadas nessas áreas.

Para encerrar o primeiro dia, houve uma palestra e um diálogo sobre os esforços de mitigação às mudanças climáticas. A Sra. Pilar Moraga, diretora do Centro de Ciência do Clima e Resiliência (CR2), abordou as oportunidades e desafios enfrentados pelo Chile nesse setor e o desenvolvimento do mercado de carbono.

No segundo dia do seminário, foram discutidos os painéis Litígios Climáticos e Adaptação e Resiliência Climática.

No painel sobre Litígios Climáticos, a Sra. Lorena Zentero, pesquisadora da Iniciativa Global para Direitos Econômicos e Sociais, explicou que a litigância climática consiste no uso do sistema judiciário para responsabilizar governos, empresas ou outras entidades por ações ou omissões que contribuem para as mudanças climáticas. Em 2024, foram registrados 2.771 casos de litigância climática no mundo, dos quais 208 ocorreram na América Latina. Lorena também abordou as desigualdades de gênero relacionadas às mudanças climáticas, destacando que as mulheres são as mais impactadas, enfrentando maior pobreza, migração forçada, violência, exclusão em processos de consulta e insegurança como defensoras ambientais.

Após a palestra, houve um diálogo com a participação de Priscila Gonçalves, representante da Advocacia Geral da União do Brasil, que apresentou casos de responsabilização no Brasil, com foco nas ações judiciais relacionadas à proteção da floresta Amazônica.

No último painel, sobre Adaptação e Resiliência Climática, foram discutidas as experiências do Chile e da América Latina nesse campo. A Sra. Paulina Adunce, pesquisadora do CR2, apresentou dados científicos que demonstram a urgência de medidas para enfrentar as mudanças climáticas e evitar problemas de saúde e desastres naturais.

O diálogo sobre os desafios das ISCs diante das mudanças climáticas contou com a participação do ministro-substituto do TCU, Marcos Bemquerer. Ele destacou que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem investido em iniciativas para fortalecer a governança pública e aprimorar o controle externo, com foco na sustentabilidade e na ação climática. Entre essas iniciativas, está o uso do ClimateScanner, ferramenta que avalia ações climáticas governamentais, promove cooperação internacional e facilita o planejamento de estratégias de longo prazo.

O ministro também ressaltou que as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) desempenham papel essencial na transparência e eficácia da gestão de recursos públicos destinados à ação climática. A aplicação do ClimateScanner em 2024 revelou desafios na gestão do financiamento climático e na implementação de políticas de mitigação e adaptação.

## ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

O TCU, baseado nas discussões realizadas durante o Seminário Internacional de Ação Climática, pode se beneficiar das experiências de outros países, em especial no que se refere à participação cidadã no controle e, principalmente, na promoção de diálogos entre instituições públicas, privadas e acadêmicas tendo o cidadão como centro dos debates, sobretudo os grupos mais vulneráveis.